
*Contribuições ao debate historiográfico
concernente ao nexó entre Estado e sociedade
para o Rio Grande do Sul castilhisto-borgista*

*Gunter Axt**

Resumo: Este artigo propõe-se a analisar as formas de apropriação do nexó teórico entre superestrutura institucional-ideológica e estrutura econômico-social na historiografia que tematiza o Rio Grande do Sul durante a assim chamada República Velha. Identifica-se fundamentalmente a existência de cinco formas diferentes de laborar essa apropriação, que se denominou de ênfases interpretativas: biográfica-institucional, patrimonialista, marxista-mecanicista, funcionalista e, finalmente, novas abordagens. Após caracterizar cada um desses matizes, propõe-se uma apreensão do objeto em tela, como forma de superar os impasses teóricos, que privilegie ao mesmo tempo a crítica ao discurso, a análise da cultura burocrática das políticas públicas – suas causas e conseqüências – e a análise sistêmica das relações de poder.

Palavras-chave: historiografia, Rio Grande do Sul, República Velha, política, economia.

Abstract: This paper discusses the building of theoretical conceptions that link the institutional-ideological superstructure to the economic-social structure in historiography concerning the state of Rio Grande do Sul during the so-called Brazilian Old Republic. Firstly there are identified and analyzed five different historiographic emphases: biographical-institutional, patrimonialistic, marxistic-mechanicistic, functionalistic and new approaches. Finally, as a manner to overcome theoretical impasses, it is proposed an approach that simultaneously focalized speech criticism, bureaucratic culture, public policies – their causes and consequences – and a systemic analyses of power relationships.

Key words: historiography, Rio Grande do

O papel do Estado em relação aos vários aspectos da vida social e econômica, admitindo-se uma tensão estruturalmente inerente às sociedades capitalistas e, em alguns casos, às pré-capitalistas, determinada pela contradição entre o mercado baseado na propriedade privada e a institucionalização da autoridade, tem-se constituído, cada vez mais, em

* Pesquisador do Centro de Memória do Judiciário Gaúcho e do Projeto Memória do Ministério Público e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

tema central na teoria política e historiográfica contemporânea. Buscando estabelecer se “os estados respondem às preferências dos cidadãos”, se “procuram realizar seus próprios objetivos”, ou se “agem segundo o interesse dos que possuem a riqueza produtiva” (Przeworsky, 1995, p. 8), inúmeras pesquisas têm se dedicado a decifrar o chamado crescimento do setor público, atendendo à necessidade de explicar como os Estados se formam e se reorganizam, bem como a explorar “em muitos cenários ou situações como os Estados afetam as sociedades através de suas intervenções – ou abstenções – e através de suas relações com os grupos sociais” (Evans, et al., 1985, p. 7).¹

Para o caso do Rio Grande do Sul durante a República Velha, a historiografia política e econômica vem apresentando, com efeito, diferentes apreensões da relação Estado/sociedade. Basicamente, é possível identificar quatro ênfases interpretativas distintas, as quais podem ser caracterizadas da seguinte forma: a biográfico-institucional, a patrimonial, a marxista mecanicista ou tipológica, e a ênfase funcionalista. Fora desse quadro, alguns trabalhos pontuais vêm apresentando alternativas aos modelos analíticos consolidados, especialmente nos últimos anos.²

A primeira dessas vertentes interpretativas constituiu-se em torno dos historiadores ditos tradicionais, que de um modo geral refletem a “visão que a classe dominante tinha de si” (Félix, 1992, p. 69). Divide-se em dois blocos: o dos historiadores vinculados à ideologia positivista e reprodutores do discurso oficial castilhistaborgista e o bloco, minoritário, dos opositores ao regime. Essa produção intelectual é rica na oferta de detalhes, na descrição dos acontecimentos políticos e na reprodução de importantes fontes documentais. A maior parte desses trabalhos foi realizada em fins do século XIX e na primeira metade do século XX. Os primeiros autores dessa ênfase estavam conectados aos grupos políticos que dividiam o Estado. Embora não seja a regra, alguns se reuniram ainda no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Obras mais recentes, elaboradas, sobretudo, por autodidatas, abrigados em associações civis ou entidades públicas municipais ou estaduais, compartilham dessa herança.³ São raros os casos de obras de cunho anti-republicano, ou simpatizantes da monarquia.⁴ O conjunto dessa ênfase interpretativa perdeu sua força e há muito deixou de ser dominante.

O aspecto comum aqui é a centralidade na percepção da cizânia política, protagonizada por dois sujeitos históricos antagônicos: castilhistas/borgistas e gasparistas/assisistas. Essa cisão seria produto dos desentendimentos entre lideranças pessoais, cujas motivações voluntaristas são apresentadas de forma desconectada de injunções de caráter social necessariamente permeadas pelos interesses econômicos.⁵ Os estudos

produzidos nesse foco condensaram-se na evolução das idéias políticas dos líderes e na sua obra institucional. Tomam sempre a ação de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros como referência. São exemplos do primeiro bloco autores como: Euclides Moura, Emílio de Campos, Othelo Rosa, João Pio de Almeida, Joaquim Luís Osório, Raimundo de Monte Arraes, Victor Russomano, Alcibiades Oliveira, Arthur Ferreira Filho, Riograndino da Costa e Silva e, mais recentemente, Mozart Soares e José Luiz Silveira.⁶ No segundo bloco, encontra-se autores como: Manoel Medeiros, Gustavo Moritz, Wenceslau Escobar, Baptista Pereira, Rinaldo da Câmara, Oswaldo Orico, Patrício Velho, Mem de Sá e José do Patrocínio Mota.⁷ Algumas obras são mais biográficas, como as de Othelo Rosa e João Pio de Almeida; outras se prendem mais à estrutura jurídico-institucional e ao ideário positivista, embora sem descartar o apego à individualidade dos líderes, como: Mozart Soares, Joaquim Luís Osório, Victor Russomano e Monte Arraes. Existe o caso raro da obra de Olympio Duarte, o qual, como bom liberal gasparista, interpreta a história política a partir da trajetória do Parlamento.⁸ Há, ainda, aquelas obras que promovem preferencialmente uma narrativa encadeada dos fatos políticos mais relevantes, como no caso dos trabalhos de Wenceslau Escobar, do jornalista Gustavo Moritz, ainda hoje de consulta indispensável para os historiadores da República Velha gaúcha, ou, também, do jornalista Manoel da Costa Medeiros, que oferece, muito embora sem remissão às fontes, rara visão do conflito entre facções políticas no interior do partido dominante, descrevendo práticas coronelísticas com riqueza.

Foram temas dominantes, nessa ênfase interpretativa, a glorificação do gaúcho, a chamada *democracia sulina*, o alto nível do debate político, a firmeza doutrinária, a disciplina partidária, a honra dos políticos e guerreiros e a violência político-partidária. O Rio Grande do Sul foi aqui invariavelmente apresentado como um ente à parte dentro do Brasil. Assim, embora os gaúchos consignassem acendrado amor à Pátria, eram descritos como encarnação de uma cidadania superior, produto de uma politização mais sólida do que os demais brasileiros. No Rio Grande do Sul, desse modo, os ideais políticos estavam acima dos interesses econômicos, e a política era exercida como um sacerdócio, livre do comércio de prebendas copiosas. Segundo tais intérpretes, o espírito público, a honra e a lisura ali sempre falaram mais alto, enquanto o Brasil era entregue à corrupção e à confusão de princípios, em detrimento do bem comum.

O bloco minoritário, o anticastilhista, esforçava-se por denunciar as arbitrariedades e a violência dos republicanos, defendendo a excelência dos princípios parlamentaristas e exaltando a biografia dos líderes federalistas, mas, em momento algum, abriu mão do efeito de sentido acima descrito.

Finalmente, muito pouco representativo, o bloco monarquista insiste no caráter violento, excludente e ilegítimo da trajetória republicana gaúcha e brasileira, em contraposição à estabilidade de uma suposta democracia imperial. Também aqui, porém, a honra e o valor do gaúcho são exaltados.

Em meio a esse quadro teórico, relativamente precário, surgiram, quase que concomitantemente, a ênfase patrimonial e a marxista mecanicista. Deu origem a primeira à obra do jurista Raymundo Faoro. Originalmente publicado em 1958, *Os donos do poder* (1987)⁹ introduziu uma nova constelação de conceitos ao debate sobre a formação da classe dominante nacional e de seus métodos de expropriação social. Este ensaio transcendeu o encadeamento de eventos políticos na forma do objeto historiográfico para perscrutar a lógica cultural da estrutura burocrática brasileira. Nesse sentido, Raymundo Faoro introduziu o Estado como sujeito novo na historiografia.¹⁰

Outro aspecto bem-vindo na obra de Faoro foi o resgate da importância das forças políticas regionais no transcurso da história nacional. Porém, muito embora Faoro minimize a ruptura com os parâmetros da cultura política imperial imposta pelo castilhismo com o advento da República – o que era consensual na historiografia anterior –, contribui, por outro lado, para o reforço da tese da especificidade do Rio Grande do Sul em relação ao resto do País. Com efeito, para o autor que enxerga a precedência do aparato estatal sobre a iniciativa privada e sobre o tecido social numa perspectiva diacrônica e pautada pelo senso de continuidade estrutural, a assim chamada República Velha caracterizou-se por um interregno liberal, espelhando um crepúsculo temporário da cultura estamental e patrimonial, cujo resgate se daria justamente com a Revolução de 1930 e a implantação do Estado Novo, possibilitado graças à sobrevivência do estamento patrimonial no coração do Estado providencial e autoritário, cunhado sob a égide do castilhismo. Assim, se por um lado Faoro relativiza a inovação do republicanismo gaúcho em face da Monarquia, de outro reafirma o descompasso do Estado sulino em relação ao resto do País ao localizar, nele, a vigência de um quadro mental e institucional diverso.

Uma das principais contribuições de Raymundo Faoro para o debate acadêmico reside na constatação de que o plano das idéias, no Brasil, dificilmente encontra correspondência fiel na prática política, na medida em que são aquelas filtradas por uma cultura informal de relações políticas, viciadas pelo patrimonialismo estamental e encharcadas pelo coronelismo. Mas, sobre a trajetória gaúcha, esse impacto foi parcialmente amortecido, na medida em que o autor parece admitir que a centralização autoritária castilhistas conviveu com níveis menos expressivos de coronelismo, graças à

menor preponderância dos poderes locais sobre o governo regional, fator este, que parece ter sido determinante no processo de gestação de um modelo de sociedade burguesa onde o capitalismo passa a ser promovido e orientado pelo aparato estatal. Assim, a principal armadilha da reflexão de Faoro, consubstanciada na aceitação da existência de uma elite dirigente estruturalmente autônoma em relação aos interesses do tecido social, foi, no caso da análise do Rio Grande do Sul, ainda reforçada.

Uma apreensão contemporânea dessa tese pode ser encontrada em Alfredo Bosi, para quem o “positivismo social foi transferido em estado puro para o contexto republicano gaúcho”, enquanto no resto do País cedia terreno ao *laissez-faire*. Isso permitiu a difusão de um *estado mental* próprio, que moldou a arquitetura estatal para a promoção do progresso civilizacional e econômico através da noção de missão providencial do estamento burocrático. Desse modo, “o ideário reformista, comum aos tenentes e aos líderes do PRR, irá fundamentar o programa da Aliança Liberal vitoriosa em outubro de 1930”, promovendo a renovação das estruturas políticas e econômicas da Nação (Bosi, 1996, p. 282). A diferença entre Bosi e Faoro está em que o primeiro, mais próximo, talvez, da obra de Uricoechea (1978), identificou, no estamento burocrático, a alavanca propulsora do progresso social e da modernidade, enquanto o segundo viu, ali, o ranço colonial e arcaico. Nesse aspecto, Bosi alinha-se também à ênfase funcionalista, que, a partir dos anos 70, se tornará dominante na historiografia sobre o Rio Grande do Sul.

Poucos foram os trabalhos que seguiram a vertente patrimonial na íntegra, especialmente no que tange ao emprego dos conceitos de inspiração weberiana (Mota, 1994). Tem-se o caso recente oferecido por Luiz Roberto Targa. O autor diferencia a trajetória histórica paulista da gaúcha, sustentando que a primeira foi “um produto da ordem econômica”, ao passo que a segunda foi “conduzida pelo primado do político”. Essa tese, que se coloca na inteira contramão do marxismo, leva a extremos a idéia da especificidade do Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil. A insistência no descolamento do Estado das injunções de ordem econômica que fermentam o tecido social investiria aqui o estamento burocrático de uma capa sacerdotal, capaz de converter a política em algo quase divino, na medida em que o discurso institucional e governativo é captado como transformador da ordem social por si só. Mais uma vez, a divergência com Faoro está na convicção do potencial reformista e progressista do estamento burocrático. Mas Targa vai além: enquanto Faoro acredita que o patrimonialismo estatista foi preservado no Rio Grande do Sul, na medida em que o mesmo vivia um crepúsculo em função do predomínio do *laissez-faire* no resto do País, Targa inverte os

pólos, atribuindo a *irracionalidade* da “dominação baseada na autoridade patrimonial e tradicional” aos maragatos – opositores do borgismo – e aos paulistas, cujas políticas públicas apenas teriam feito aprofundar o fosso da dominação e da desigualdade, enquanto a prática administrativa borgista teria permitido a incorporação à sociedade e à cidadania de segmentos populares. A mudança de foco traduz o contingenciamento ideológico de cada autor: se Faoro tem uma opção nitidamente liberal e contrária à intervenção do Estado na economia, Targa revela-se um vigoroso paladino da missão renovadora do Estado (Targa, 1996, 1998).

Apesar da ênfase interpretativa patrimonial ter-se difundido relativamente pouco na historiografia sobre o Rio Grande do Sul, diversos aspectos de sua análise foram compartilhados pelas tendências mecanicista e funcionalista. De um modo geral, os estudos que se seguiram permaneceram tributários da idéia de um Estado sempre embalado por uma elite autônoma em relação à sociedade civil. Solidificou-se aos poucos para o Rio Grande do Sul a tese de que ali o aparelho administrativo republicano nascera, sob o influxo da missão providencial, comprometido genericamente com o projeto civilizacional burguês e modernizante. Mas, ao contrário de Faoro, estabeleceu-se o consenso em torno da suposição de ruptura profunda com a cultura política do Império, o que revela um ponto de contato dessas ênfases com o esquema biográfico-institucional. Nesse sentido, de um modo ou de outro, prevaleceu a tese da especificidade do Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil, bem como a da excelência e superioridade da política praticada no Estado sulino. Reiterou-se, sucessivamente, o mito da politização do gaúcho, em face da alienação reinante na nação brasileira. Por seu turno, a historiografia continuou esvaziando a importância dos interesses econômicos na origem dos conflitos e na orientação das opções governativas implementadas.

A partir dos anos 60, a historiografia que tematizou o Rio Grande do Sul começou a se preocupar em estabelecer nexos entre a disputa política e as instâncias sociais. Mas ao invés de se recorrer ao patrimonialismo, incorporou categorias conceituais caras ao marxismo. O avanço em relação à ênfase patrimonial esteve em reconhecer a importância do conceito de classe social para a análise historiográfica, bem como a relevância da interação das classes com os grupos no poder. A burocracia estatal deixava, pouco a pouco, de ser um ente autônomo para se converter em expressão da composição dos interesses de classe. Essa ênfase valorizou o ofício do pesquisador, contribuindo para a profissionalização do trabalho de história, pois aumentava a preocupação com a pesquisa nas fontes documentais.

O salto qualitativo proporcionado pelo mecanicismo surgiu por meio de duas publicações do historiador e jurista Sérgio da Costa Franco, em 1962 e 1968.¹¹ Em seguida, ganhou respaldo institucional com o ingresso de Costa Franco no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Essa ênfase notabilizou-se nacionalmente com a publicação, em Português, da tese do brasilianista Joseph Love, intitulada *O regionalismo gaúcho*, em 1975, e, pouco depois, com a contribuição desse autor à coleção História Geral da Civilização Brasileira.¹² Assim, a difusão do marxismo na historiografia gaúcha começou por um historiador ligado ao Instituto Histórico e Geográfico, onde, anteriormente, por meio de autores vinculados à ênfase biográfico-institucional e sob forte influência do positivismo, iniciou-se, também, o processo de profissionalização do ofício do historiador no Rio Grande do Sul.¹³ Em seguida, as teses marxistas sobre o processo histórico gaúcho ganharam carona nas asas dos brasilianistas, projetando-se nacionalmente.

Todos esses trabalhos apresentam alto grau de historicidade e são, ainda hoje, consulta obrigatória para qualquer um que se debruce sobre a história sul-rio-grandense. Não obstante o seu mérito inquestionável, forjaram uma versão tributária de uma tipologia rígida da sociedade. O Rio Grande do Sul foi aqui subdividido em duas grandes macrorregiões econômico-geográficas – Campanha e Serra/Litoral –, para então alinhar a primeira à predominância de interesses dos estancieiros, e a segunda à supremacia de prerrogativas burguesas, da classe média urbana e dos pequenos proprietários rurais. A essas duas estruturas causais, foram associados o Partido Federalista e o PRR, respectivamente. Além disso, uma das principais contribuições de Faoro: a descoberta do descompasso do discurso político e do plano das idéias em face da prática política, não foi incorporada pela ênfase mecanicista. O mecanicismo tipológico continuou esgrimindo a especificidade do Rio Grande do Sul em relação ao resto do País. Como disse Joseph Love, “tanto na política quanto na economia da República Velha, o Rio Grande do Sul constituiu uma anomalia” (Love, 1989, p. 99).

Com algumas variações, a interpretação mecânica fez escola. Foi amplamente incorporada por setores da ênfase funcionalista, e mesmo por exemplos mais recentes da ênfase patrimonialista. Isso é muito evidente nas obras de Céli Pinto, Luiz Targa e Pedro Fonseca, por exemplo.¹⁴

Constatando, porém, a existência de simpatizantes e opositores de ambos os partidos nas duas macrorregiões do Estado, um novo grupo de analistas pretendeu a superação do impasse teórico, desenhando a atribuição política em decorrência de “uma cisão no interior da classe dominante gaúcha”. A idéia era deslocar a análise das estruturas causais para a composição de interesses econômicos na sociedade e a interação desses com o poder

político. Apesar das insistentes remissões a Gramsci, os trabalhos dos autores situados nesse grupo parecem ter sofrido influência mais marcante do funcionalismo de Poulantzas,¹⁵ inobstante não estar essa vinculação textualmente expressa. Por outro lado, mesmo parecendo dominar subliminarmente as influências teóricas que animam essa ênfase, a vertente poulantziana não chegou a ser aplicada com fidelidade. Esse quadro de indefinição teórica foi característico da produção científica de uma determinada época na academia brasileira, em que se procurava fazer a crítica ao marxismo estrutural e funcionalista, incorporando categorias analíticas gramscianas, as quais, entretanto, permaneciam ainda pouco testadas, comprometendo a intimidade de muitos autores com elas. Assim, veiculando citações a Gramsci e sob inspiração sub-reptícia e parcial de Poulantzas, nasceu a versão gaúcha do funcionalismo,¹⁶ cujo ponto de partida pode ser fixado na defesa da dissertação de Geraldo Müller, em 1972, na Universidade de São Paulo (Müller, 1972).

A partir de então, diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado foram defendidas nessa universidade e, posteriormente, nas universidades sul-rio-grandenses, tomando a análise conduzida na obra de Müller como referência central. Encontram-se remissões insistentes e decisivas a esse autor em Maria Antonieta Antonacci, Hélgio Trindade, Céli Pinto, Paulo Vizentini, Sandra Pesavento e em muitos outros. Por sua vez, estudos posteriores têm reiteradamente tomado essa geração de trabalhos como ponto de partida para suas análises, o que torna a ênfase funcionalista academicamente dominante, em se tratando de historiografia política sobre o Rio Grande do Sul.

O grande mérito dessa ênfase está, em primeiro lugar, no reconhecimento de que as classes sociais não são homogêneas, mas sim, formadas por frações, que se engalfinham entre si na defesa de seus interesses específicos. Em seguida, promoveu um salto qualitativo ao identificar a condição relativamente autônoma do Estado em relação à sociedade. Ora, aqui a função do Estado seria justamente a de procurar neutralizar o choque de interesses entre as diversas frações da classe dominante, a fim de garantir o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Infelizmente, o funcionalismo permitiu sustentar a crença de que o Estado sempre fez tudo o que era necessário para garantir a reprodução do capital, invariavelmente obtendo sucesso. Assim, na falta de instrumentos teóricos mais sofisticados, continuou-se dizendo mais ou menos as mesmas coisas que as ênfases mecanicista e biográfico-institucional, mas agora sob uma roupagem conceitual mais acadêmica. Paradoxalmente, essa forma de funcionalismo continuou promovendo o esvaziamento das injunções de ordem econômica

sobre a prática política e administrativa, numa clara contradição aos ensinamentos de Marx. O mito sobre a especificidade do Rio Grande do Sul foi repisado.

Esses autores incorporaram as teses das ênfases anteriores para insistir, assim, na conformação de um *quadro diverso*, fundamentalmente sustentado no reconhecimento da existência de um regime institucional e jurídico peculiar, consubstanciado na Constituição estadual de 1891, e na *divisão das forças políticas em dois grandes blocos* formais: o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e o Partido Federalista (PF), mais tarde Libertador (Campelo de Souza, 1961, p. 187). Também para Alfredo Bosi, que se situa a meio pé da ênfase patrimonial e da ênfase funcionalista, com efeito, “a doutrina do Partido Republicano Rio-grandense compunha-se de algumas idéias diretamente inspiradas no credo político de Augusto Comte”, o que determinou a diferenciação dos *esquemas mentais*, da formatação jurídica e da prática político-administrativa do Estado gaúcho em relação ao restante da Nação (Bosi, 1996, p. 281).

Muito embora essa ênfase se comprometesse com “o estudo da formação social, a análise das formulações políticas e o entendimento das conjunturas históricas em que se manifestaram os conflitos” (Antonacci, 1981, p. 10), a “luta entre frações de classe dominante” foi esvaziada de seu conteúdo econômico¹⁷ e interpretada tão-somente enquanto um embate entre “projetos distintos de conformação da ordem social” (Müller, 1972, p. 38), gerados no interior da mesma classe, objetivando a consecução dos mesmos interesses globais e atendendo, quando muito, à ambição pela maior circularidade do poder como forma de transformar o *estado em instrumento da classe dominante como um todo*, e não apenas de uma única fração, especialmente no que tange à distribuição de prebendas (Antonacci, 1981, p. 11-26).

De fato, os sociólogos Céli Pinto e Héliog Trindade, que procuram traçar um retrato da oposição ao castilhismo e ao borgismo, desprezam o fato de que as políticas públicas incrementavam ou contrariavam interesses específicos, os quais se refletiram sobre a ação das dissidências e do federalismo. Para esses autores, a crítica das oposições não derivava de um projeto diferenciado de desenvolvimento econômico, não tendo, portanto, sido capaz de se articular com eficácia durante a República Velha:

O federalismo, em síntese, se particularizou dentro da luta política no Rio Grande do Sul por três características básicas: a centralidade da figura simbólica de Gaspar da Silveira Martins; a defesa intransigente do sistema parlamentarista e a constante crítica à falta

de comprometimento do PRR com seus princípios filosóficos. Afora essas características peculiares, o federalismo dividiu com os demais grupos oposicionistas, tanto em nível estadual quanto em nível nacional, a identificação do partido dominante com corrupção e violência (Pinto, 1987, p. 90).

Embora tendo origem nos descontentamentos oriundos da crise na pecuária, a contestação das oposições, com o apoio dos criadores, mas, sobretudo, das camadas urbanas, provoca sua reunificação como decorrência muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano de enfrentar novos desafios da crise econômica do pós-guerra (Trindade, 1993, p. 158).

Os autores, sob influência dessa ênfase, partiram com unanimidade do princípio de que a Proclamação da República seria o fato fundante para a origem da cisão intraclasses dominante no Rio Grande do Sul, pois com o novo regime, teria brotado um reajustamento de forças sociais capaz de pressionar o sistema político imperial dominado pelos estancieiros e charqueadores de forma a incorporar demandas de outros setores, que se aquilatavam com o crescimento da economia serrana e com o declínio da economia da Campanha.¹⁸ O ocaso imperial foi glosado como fatalidade, caudatária de uma espécie de vácuo de poder volatilizado a partir do fastígio do regime,¹⁹ e, por correspondência mecânica, tinha no PRR e no castilhismo o necessário corolário. Isso teria sido possível graças à disposição do PRR em instalar uma *nova ordem*, baseada num projeto progressista e modernizador, marcado pela inspiração positivista, sob liderança de Júlio de Castilhos (Antonacci, 1981, p. 18). Vizontini, por exemplo, diz que: “a influência ideológica positivista deu origem ao regime castilhista e borgista, e esses, por sua vez, articulavam-se ao modelo de desenvolvimento capitalista pautado pela diversificação da produção e pela prioridade ao mercado interno nacional” (Vizontini, 1992, p. 7).

O funcionalismo recuperou, sob novas roupagens, os grandes mitos veiculados pela ênfase biográfico-institucional e criados pela ênfase mecanicista. O sociólogo Hélgio Trindade, por exemplo, insiste na “clivagem ideológica entre duas famílias políticas”: os conservadores-liberais *versus* os conservadores-autoritários, um silogismo que, em última análise, reproduz a idéia de cizânia entre gasparistas e castilhistas, não acrescentando novos elementos à explicação.²⁰ Em seguida, esse autor absorve a estrutura causal mecanicista ao relacionar essa *fissura* à oposição entre latifundiários da Campanha e burgueses do Litoral (Trindade, 1993, p. 119).²¹

O mito acrescido pelo funcionalismo a esse bolo está em garantir ao Estado castilhista-borgista, através de conceitos marxistas e dos píncaros do discurso acadêmico, a condição de agente transformador, civilizador e progressista, apesar de ser reconhecida a condição oligárquica e autoritária desse mesmo Estado. Assim, permanece, aqui, a crença na superioridade da política praticada no Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil. No embalo desse enlevo, tem sido ainda corrente a tese de que no Rio Grande do Sul havia homogeneidade de interesses e disciplina no interior do PRR, o que ainda qualificou a política regional como ação independente e, muitas vezes, contestadora face ao pacto oligárquico nacional.²² O Rio Grande passou assim a ser sistematicamente referido enquanto exceção, não apenas pelos castilhistas avoengos, mas agora também pela quase totalidade do conhecimento acadêmico moderno.²³ Ora, esse jogo de valores desconsidera as fontes históricas, ignora a injunção dos interesses econômicos, mistifica o poder, desconhece as lutas intestinas do PRR e esvazia a ação das oposições ao regime. Portanto, essa ênfase interpretativa, que surgiu sob os auspícios de importantes promessas de revoluções conceituais, frustrou ao se tornar fonte de confusão explicativa e de contradição teórica.

Fazendo aquilo que o antropólogo Vidal-Naquet diria ser uma “previsão retrospectiva do porvir” (Vidal-Naquet, 1983, p. 13), o funcionalismo acadêmico aquiloutou a sagração do PRR como derivada, “mais do que de uma luta armada”, da capacidade do partido de proporcionar a “dinamização do Estado, a fim de implantar a ‘nova ordem’ no RS”, cujas diretrizes foram desenhadas por princípios positivistas, propiciadores de uma “maneira peculiar de entender o relacionamento do Estado com as classes sociais” (Antonacci, 1981, p. 19). Comungando a convicção de que o castilhismo traduziu-se em um projeto político acabado e constante ao longo de quase toda a República Velha, sustenta-se que “o Estado, portanto, foi projetado como um administrador do bem comum público, cuja preocupação restringia-se a garantir a liberdade individual e a regular o desenvolvimento” (Antonacci, 1981, p. 21). Na prática, a historiografia funcionalista sobre o Rio Grande do Sul foi tributária de uma tendência²⁴ pródiga na desconsideração da diversidade de projetos de solução política à Nação por ocasião da transição de Império a República, em proveito da reprodução da versão hegemônica e do projeto vitorioso.

Para Sandra Pesavento,²⁵ com efeito, “a partir da vitória republicana, tem-se a implantação, no Rio Grande do Sul, de um esquema de dominação apoiado num partido altamente burocratizado, rigidamente disciplinado e com um embasamento filosófico definido” (Pesavento, 1993, p. 209). Ou ainda:

Admitida a subordinação da prática à teoria, postulado de nítida inspiração comtiana, o PRR empenhar-se-ia na tarefa de promover a racionalização da produção como forma de obter o progresso econômico. Essa racionalização dos setores produtivos seria obtida pela aplicação na economia dos mais recentes processos de produção conseguidos através dos avanços da ciência (1996, p. 116).

As contradições locais da formação social gaúcha conjugavam-se com as novas realidades que se configuravam no plano nacional e que acabaram por trazer a queda do regime (monárquico): a transição de uma economia escravocrata para uma assalariada, novos segmentos sociais descompromissados com o regime, idéias de federação e república. Como partido, o Republicano Rio-grandense foi capaz de atrair para seus quadros setores em estado de disponibilidade política, bem como propôs-se a realizar, no âmbito regional, um projeto de modernização e transformação econômica, social e política que o momento exigia, e que os quadros imperiais não conseguiram efetivar (1980, p. 27).

Em outras palavras, o desenvolvimento econômico-social sulino gera novas necessidades que, para serem satisfeitas, exigiria o controle dos órgãos de decisão política pelos portadores de novas aspirações (1993, p. 204).

Portanto, segundo esses autores, como que *desejado* pelas estruturas socioeconômicas da sociedade, o PRR fez sempre tudo que era necessário e possível para garantir o progresso da agropecuária, do comércio e da indústria no Rio Grande do Sul. E de quebra, ainda professou o princípio de incorporação do proletariado à sociedade.²⁶ Era um legítimo *Estado-providência*, cuja *arqueologia* foi seguida de perto por tais analistas nas fontes produzidas pelo poder constituído.²⁷ Diante dessa eficácia administrativa, “não havia condições objetivas para que os grupos de oposição se organizassem efetiva e continuamente, de modo a viabilizar suas alternativas políticas ao projeto de organização estabelecido pelo PRR no RS” (Antonacci, 1981, p. 23).²⁸

As condições se objetivariam um pouco mais tarde quando, em 1922, o PRR não conseguiu fazer frente à crise econômica que se abateu sobre o Rio Grande do Sul, desapontando segmentos expressivos da elite econômica. Surgiria, assim, a possibilidade de desencadear o rompimento com a eficácia esmagadora da continuidade do regime. Mas essa ruptura teria sido gradual e atingiu apenas parcialmente o sistema político, não havendo alterações nas diretrizes econômicas.²⁹

Alguns desses trabalhos chegaram a constatar os limites do esquema analítico ao reproduzirem fontes que contraditavam as teses vertidas. Isso é muito evidente, por exemplo, em Sandra Pesavento, que identifica

descontinuidades em torno do discurso protecionista dos industriais gaúchos. Infelizmente, ao invés de servirem como gancho para novos caminhos, esses indícios foram escanteados, em nome da coerência de conjunto.³⁰

Inobstante terem sido alcançados diversos resultados positivos, cujas contribuições para a delimitação dos contornos do processo histórico sul-rio-grandense são altamente enriquecedoras, todos esses estudos acham-se comprometidos com um vício teórico de origem, qual seja, a contradição entre a tentativa de esvaziar o conteúdo econômico da quizila partidária³¹ e o esforço em contextualizar o sentido das políticas públicas governamentais no âmbito dos interesses das frações de classe dominante, fazendo-o – na ausência de novas categorias analíticas eficazes e na falta da incorporação de novas fontes documentais ou de estudos comparativos – de forma a reproduzir a tipologia causal que tanto criticavam: o PRR era o promotor do progresso, da modernidade e do bem comum, servindo-se de opções administrativas objetivas, que, se traziam prejuízo temporário ou circunscrito a um segmento produtivo, compensavam-no logo adiante, graças à capacidade de sustentação de um projeto coletivo e funcional. No limite da categorização valorativa, o PRR era divisado com assento nas classes médias, burguesas e até operárias, enquanto se opunha aos interesses tradicionais da agropecuária, do alto comércio importador e das charqueadas da Campanha, e isso tudo era possível porque o PRR era positivista! Como se a ideologia fosse instrumento analítico próprio para a explicação dos objetivos almejados com uma dada política pública, e não preponderantemente uma componente do discurso de justificativa oficial da mesma!

Essa concepção do nexos entre superestrutura institucional-ideológica e estrutura social-econômica pode ser acompanhada na caracterização das políticas públicas e na descrição do processo de crescimento do setor público e de intervenção do Estado na sociedade. No âmbito das ênfases historiográficas, aqui abordadas, o intervencionismo estatal e a formação dos monopólios públicos permanecem ainda como objetos secundários. A historiografia brasileira apenas recentemente vem convertendo a ação estatal na vida econômica em foco de pesquisa. Para o período da República Velha, prevalece ainda a tese de que o poder político foi empolgado por uma oligarquia agrário-exportadora em associação com o capitalismo internacional, cujo enlevo comprimiu ao máximo a presença econômica do Estado. A única exceção a essa regra seria o Estado do Rio Grande do Sul, de onde teria brotado, a partir de 1930, a renovação da nação, comprometida com o nacionalismo, a industrialização sustentada, a incorporação do proletariado à sociedade e as reformas moralizadoras do sistema político.³²

Assim, para a maioria dos autores, o ponto de partida prático do intervencionismo estatal no Brasil tem sido lardeado no processo que se iniciou com a Revolução de três de outubro de 1930 e que culminou com o golpe de 1937, a partir da experiência transata no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Essa práxis política gaúcha ter-se-ia associado, no plano nacional, à pregação de alguns teóricos isolados, ditos *autoritários*, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Alberto Torres e Francisco Campos, os quais propugnavam uma *ideologia do Estado* marcada pelo “predomínio do princípio estatal sobre o princípio de mercado”, antecipando, na década de 20, as novas funções do poder público na sociedade, assumidas com a implantação do Estado Novo (Lamounier, 1990, p. 345-374).

Porém, pesquisas mais recentes têm demonstrado que esses estudiosos erraram – apesar do alerta deblaterado por Faoro a respeito das discontinuidades entre discurso e prática no Brasil – ao preferir prestar mais a atenção à fala dos políticos da época, que insistiam na ruptura com as práticas monárquicas e no alinhamento do Brasil ao espírito liberal das repúblicas latino-americanas, do que nos atos dos mesmos, da mesma forma em que os promotores do Estado Novo insistiam na ruptura com as práticas do *laissez-faire*, em nome da adoção do conceito de Estado-providência (Topik, 1987, p. 12). Com efeito, o Estado brasileiro era altamente intervencionista já antes do colapso do comércio exterior em 1929:

O Estado era proprietário de 2/3 das ferrovias, da maior empresa de navegação, dos principais portos, do maior banco comercial, das caixas econômicas e de três das mais bem-sucedidas empresas bancárias. O Congresso aprovou tarifas alfandegárias sobre importações, consideradas em 1915, por um investigador do Congresso norte-americano, as mais altas de todo o hemisfério ocidental. O Estado também controlava a comercialização do café e exercia grande influência sobre os preços internacionais desse produto (Topik, 1987, p. 11).³³

Alguns estudos específicos contribuem para o conhecimento factual em torno das políticas de transporte, de valorização do café, cambial, monetária, fiscal e do mercado de ações. Mas de um modo geral, “eles concentram-se no ritmo e natureza do desenvolvimento; a ação do Estado é geralmente explicada em termos de necessidade econômica e preferência ideológica, e não de luta entre interesses conflitantes” (Topik, 1987, p. 14).

No Brasil, as causas da intervenção do Estado têm sido interpretadas basicamente de duas maneiras: a) a vertente patrimonial insiste na tese de autonomia da burocracia estatal em relação ao tecido social como condição de uma herança da tradição colonial ibérica que distingue mal as esferas públicas e privadas;³⁴ b) outros autores, bem ao gosto do instrumentalismo marxista ou do funcionalismo poulantziano, argumentam que o Estado intervinha simplesmente porque fazia sempre tudo o que era necessário para garantir a continuidade do processo de acumulação e a estabilidade do modo de produção capitalista em face da ameaça revolucionária da classe trabalhadora ou em face das crises provocadas pelo próprio desenvolvimento econômico; acredita-se, aqui, que as intervenções foram muito mais produto das necessidades pautadas pelo desenvolvimento econômico do que decorrentes de resíduos de um remoto passado colonial, o que possibilitou uma aliança estratégica entre a burocracia estatal e a nascente burguesia nacional.³⁵

Todavia, estudos contemporâneos de economia política têm demonstrado as contradições teóricas e as limitações dessas abordagens quanto ao seu potencial explicativo para o sentido do poder constituído. A fim de construir um entendimento mais preciso dos benefícios e dos prejuízos auferidos pela ação estatal, torna-se imprescindível o exame da estrutura de frações de classe na sociedade brasileira, bem como de suas alianças com a elite dirigente na implementação das políticas públicas.³⁶ Além disso, acredita-se que essa análise precisa ser complementada com uma reflexão sobre as características próprias da estrutura de poder brasileira, relevando, especialmente, para a República Velha, o exame das relações entre os poderes central e local, no âmbito do sistema coronelista. Assim, uma pesquisa sobre a gênese do Estado burocrático-burguês no Brasil que tome a ação intervencionista estatal como ponto de partida, precisa levar em conta a crítica ao discurso hegemônico, o processo de acomodações de interesses fracionados no interior da classe dominante e a afirmação das práticas coronelísticas (Axt, 2001a, 2001b, 2001c).

Para o Rio Grande do Sul, o intervencionismo estatal na economia tem merecido tratamento genérico. O tema ganhou mais destaque nas narrativas cerzidas a partir do enfoque funcionalista. Geraldo Müller sustentou que “as encampações resolveriam as crises internas, neutralizariam as despesas de garantias de juros”, que se refletiam sobre as taxas cobradas pelos serviços portuários, “e, o que era importantíssimo, efetuariam a redução gradativa dos fretes” (Müller, 1972, p. 46). De um modo geral, postulou-se que, em território gaúcho, a ação estatal foi mais determinante do que no restante do País durante a Primeira República:

[...] a defesa da participação mais ativa do Estado no campo econômico [...] contrastava com a ideologia dominante entre as elites de outros pontos do País. Ainda que se possa argumentar que mesmo em nível nacional o Estado não tenha representado postura passiva durante a República Velha, como bem demonstram, por exemplo, as políticas de valorização do café, no início levadas a efeito pelos estados cafeicultores e, depois, pelo governo federal, nota-se que, no caso gaúcho, não só a ação foi mais profunda como aceita e defendida doutrinariamente, passando a ser entendida, inclusive, como norma e dever do Estado (ao contrário dos liberais que, quando se tratava de uma medida intervencionista que julgavam economicamente necessária ou desejável, geralmente defendiam-na alegando ser exceção) (Fonseca, 1989, p. 59).³⁷

As intervenções foram consideradas como parte da estratégia governamental para incrementar a acumulação capitalista regional e reforçar o nacionalismo, de forma a promover o bem comum, integrando, inclusive, o operariado à sociedade. Acredita-se que os governos castilhistas/borgista assumiram prerrogativas protecionistas e industrialistas, mantiveram um orçamento equilibrado, desoneraram as exportações e incentivaram a diversificação da produção. Os efeitos das intervenções foram esvaziados de seus eventuais conteúdos políticos e invariavelmente avaliados como positivos para a economia global da região. Ainda que promovida por governos notadamente autoritários, a formação de monopólios públicos foi tomada enquanto instrumento de reforço da democracia, na medida em que garantia os interesses nacionalistas e neutralizava efeitos mais agressivos da expropriação capitalista. Esses autores, assim, afirmaram que os monopólios estatais e a regulamentação estatal do mercado promoviam, ao mesmo tempo, o progresso da acumulação capitalista e corrigiam os efeitos de seus males sobre a população. Para tais analistas, o conjunto dessas orientações foi possível graças à inspiração positivista, já nascendo, portanto, delineada na fundação do regime por meio da adoção do assim chamado *projeto castilhista*, o qual foi implantado de forma coerente e estável ao longo dos quase 40 anos do regime, sendo apenas questionado, sem sucesso, nos interregnos revolucionários de 1893 e 1923.

No plano econômico, o positivismo configurou-se ao justificar certa dose de intervencionismo governamental, às vezes legitimando ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano, por reclamo de seus técnicos ou das classes proprietárias, mas que a iniciativa privada, sozinha, não era capaz de realizar. O positivismo associou-se a uma certa interferência econômica do governo não-comum aos moldes do liberalismo clássico, que entendia o Estado apenas como administrador de alguns serviços sociais, como justiça e segurança (Fonseca, 1983, p. 93).

O intervencionismo seria, assim, parte da orientação modernizante desse Estado-providência identificado pela historiografia funcionalista.³⁸

Alguns autores detiveram-se mais amiúde na órbita da ação estatal. Privilegiaram especialmente as políticas para o setor de transportes, dividindo-se fundamentalmente em dois grupos. O primeiro procede a uma análise econômica e quantitativa que esvazia o conteúdo político das práticas administrativas governamentais.³⁹ Um segundo grupo, a despeito também das relevantes contribuições quanto ao levantamento de dados, acha-se francamente associado à corrente funcionalista, comungando das contradições nela reinantes.⁴⁰

A questão fiscal mereceu atenção mais diversificada. Alguns estudos⁴¹ encaixam-se no esquema analítico da historiografia dominante, quiçá *hegemônica*. Outros se situam no limite da superação desse esquema em benefício da caracterização do jogo de interesses intraclasses dominante no poder.⁴² Porém, alguns estudos laboraram apropriações pontuais do tema, propondo interpretações inovadoras, especialmente no atinente à identificação dos instrumentos de dominação da elite no poder e dos compromissos de interesses estabelecidos com as frações da classe dominante, ou mesmo com segmentos das classes populares. Não chegaram, contudo, a incentivar o surgimento de uma nova síntese, pois, de um modo geral, foram pouco incorporados pela historiografia hodierna.⁴³

Na prática, portanto, a ênfase funcionalista da historiografia sobre o Rio Grande do Sul pouco esclareceu os motivos econômicos e políticos que levaram à ação interventora estatal, bem como descreveu contraditoriamente as conseqüências sobre a sociedade. Muito embora boa parcela dessas obras tenha sido elaborada há cerca de 20 anos, ou mais, nenhuma sofreu revisão por parte de seus autores. Pelo contrário, têm sido objeto de republicações e têm, sobretudo, balizado pesquisas recentes. Por outro lado, de lá para cá, surgiram alguns textos que esquadriharam novas possibilidades.

Loiva Otero Félix aplicou a contribuição trazida por Faoro e esquecida pelos demais ênfases interpretativos, demonstrando que também no Rio Grande do Sul não havia correspondência fiel entre o plano das idéias e a prática política, achando-se as estruturas institucionais permeadas por uma cultura sub-reptícia, que confundia as instâncias pública e privada. Loiva Félix contestou o difundido conceito de *coronel burocrata*,⁴⁴ veiculado pelas demais ênfases, para concluir, a partir de um estudo de caso, a existência recorrente, também no Rio Grande do Sul, de uma rede de compromissos coronelista que dava apoio e sustentação à situação política, ao mesmo tempo em que dela se alimentava (Félix, 1987, 1992, 1996).

A autora propôs a subdivisão do Rio Grande do Sul em quatro regiões com diferentes conformações de interesses e com diferentes relações com o governo estadual: Zona Sul e Campanha, Planalto Médio (serrana), Zona Colonial e Zona Litorânea. Sem se descuidar do alerta ao perigo das tipologias rígidas, entendeu que a autonomia do poder local em relação ao regional variava de região para região, tanto em intensidade quanto em caráter, conforme a trajetória sócio, político e econômica experimentada por todas e, da mesma forma, o grau de acolhida da pregação oposicionista. Assim, deslocou o nexo relacional da cadeia de sentido *região/classe social/partido político* para *região/poder local/poder regional*, garantindo um salto qualitativo para a historiografia sobre o Rio Grande do Sul (Félix, 1987, 1992, 1996). Desse modo, Loiva Félix, embora ainda distante de uma visão sistêmica das relações de poder e ainda presa à tipologia das regiões, descortinou um novo campo explicativo, pois sugeriu a anexação do componente das relações internas de poder e dos mecanismos de manutenção do poder às análises sobre as relações econômicas, sobre as instituições políticas, sobre as lutas políticas localizadas e sobre o discurso político, que vinham sendo imprimidas pelas quatro ênfases correntes.

Outros trabalhos trouxeram à tona a relação entre prática política e prática administrativa. Margareth Bakos, por exemplo, avaliando a aplicação do conceito de *continuidade administrativa* para o governo municipal de Porto Alegre, descobriu que o dogma do *equilíbrio orçamentário*, sedimentado pelo discurso legitimador do regime e incorporado por todas as ênfases historiográficas aqui referidas, não correspondia à prática (Bakos, 1986, 1996).

Esses estudos desvelaram, de um modo geral, o descompasso entre discurso legitimador e ação governativa efetiva em diversas situações. Comprovaram, mesmo guardando as especificidades sul-rio-grandenses, ainda mal-explicadas, a vigência de um sistema político de coerção e cooptação como mecanismo solidificador da hegemonia borgiana com os poderes locais, da mesma forma que no resto do Brasil. Introduziu-se, assim, o estudo das relações coronelísticas de poder para o Rio Grande do Sul, cuja consequência primeira foi o descarte da amplitude do conceito de *coronel burocrata*, copiosa fonte de confusão na historiografia. Além disso, demonstrou-se que o PRR não teve um projeto político capaz de incorporar todos os segmentos sociais, atendendo, assim, a interesses específicos, ao mesmo tempo em que contrariava outros.⁴⁵

Outros estudos, ainda, não apenas expuseram a improcedência da correlação automática do comtismo e do castilhismo, como também desvelaram a existência de diferentes formas e intensidades de expressão do positivismo, tanto no âmbito do tecido social quanto em uma perspectiva

diacrônica. O cientista político Vélz Rodriguez, demonstrou que Castilhos não aplicou na íntegra as diretrizes de Comte para a institucionalização do regime republicano, como por exemplo, o caso da Assembléia Legislativa, que em Comte tem um caráter corporativo, aspecto esse que foi esvaziado na Constituição de 1891 (Rodriguez, 1980). O filósofo Nelson Boeira, por seu turno, identificou diversas formas de expressão do positivismo no Rio Grande do Sul, cada qual guardando suas especificidades: o positivismo religioso, o político e o difuso. Além disso, demonstrou que o positivismo, nesses três campos, teve um período de difusão, de auge e de decadência, que se compreende desde a época da propaganda republicana até a Revolução de 30 (Boeira, 1980). De um modo geral, esses trabalhos galvanizaram a ideologia enquanto instrumento capaz de justificar a prática política entre os castilhistas, e não o contrário, o que traiu a fragilidade interpretativa da ênfase funcionalista (Piccolo, 1995).

Finalmente, imbuído do compromisso de transcender os limites da dicotomia valorativa (entre o moderno e o antiquado, o bem e o mal, etc.) ou geográfica (Norte/Sul, Campanha/Serra), um grupo de historiadores tentou compreender melhor o sentido das políticas públicas implantadas pelo PRR, ponderando a crítica ao discurso oficial legitimador e perscrutando os agentes sociais prejudicados ou favorecidos pelas ações governativas, enquanto frações de classe mais ou menos autônomas interagindo na arena estatal através do exercício da política.⁴⁶

Os resultados alcançados pelo conjunto dessas novas abordagens trazem em comum a idéia de que o poder não pode ser avaliado como detentor de uma essencialidade racionalista. O poder não é produto apenas de uma orientação filosófica, não pode ser estudado apenas a partir da conformação institucional, mas precisa ser acompanhado também no que concerne a sua prática diária. Assim, a interpretação do poder não é resolvida somente enquanto derivação voluntarista, mas assume, antes, uma conotação relacional, enquanto produto da interação de forças sociais, num processo dialético onde o múltiplo age sobre o singular e vice-versa. Em todas essas apropriações da História, o Estado continua sendo entendido enquanto o *locus* privilegiado da ação do poder. Não obstante, deixa de ser o espaço exclusivo do poder para se converter em mais uma agência de poder na sociedade, a qual pode ser retratada enquanto uma arena de conflitos (Axt, 1998, 2001a).

Na tese de Doutorado (Axt, 2001a), com efeito, demonstrou-se que, por mais autoritária que seja a formação institucional, o Estado necessariamente é permeado por grupos de pressão, diante dos quais sua autonomia relativa pode vir a ser pífia. Por mais que a elite dirigente alimente objetivos próprios, é impossível desconectar as instituições de poder e a

burocracia estatal das formas de produção econômica do tecido social e das relações de poder daí emanadas. Sugere-se uma análise pautada por uma concepção do poder ao mesmo tempo em sua dimensão de controle logístico sobre o aparelho de Estado, especialmente cargos públicos, de domínio político – entendido como a maioria eleitoral – e de hegemonia, isto é, a predisposição psicológica da sociedade face um projeto específico. Procurou-se perspectivar o processo de formação do Estado burocrático-burguês em seu tríplice aspecto: a análise centrada no Estado, com a evolução do aparelho institucional e as motivações da elite dirigente; a análise da acomodação de interesses na relação entre elite dirigente e frações da classe dominante por meio das políticas públicas e, especialmente, do intervencionismo; e, por fim, a análise das injunções sobre a arquitetura estatal e sobre as opções governativas derivadas da rede de compromissos coronelística, em particular divisada em sua característica de tensão estruturalmente inerente entre o poder privado local e o poder público central.

Notas

¹ “*In many settings how states affect societies through their interventions – or abstentions – and through their relationships with social groups.*” Ver, a respeito, discussão proposta em Axt, 1998.

² Em que pesem os riscos normalmente inerentes a categorizações, insiste-se no valor explicativo da conceituação proposta, salientando que de modo algum ela pretende dar conta do conjunto da obra dos autores aqui referidos, posto se limitar à apreensão das formas assumidas pelo nexos entre superestrutura institucional e a estrutura produtiva da sociedade presentes na historiografia sobre o Rio Grande do Sul.

³ Silveira, 1998; Soares, 1998.

⁴ Uma exceção recente pode ser encontrada em Figueiredo, 1995, que possui declarado vezo anti-republicano. Também há em Escobar, 1922-1930, um elogio às instituições monárquicas.

⁵ Vera Hercília Pacheco Borges aponta tendência semelhante na historiografia brasileira sobre a República Velha e o tenentismo (Borges, 1992, p. 19).

⁶ Moura, 1892; Campos, 1903; Rosa, 1928; Almeida, 1928; Osório, 1981 (2. ed.); Arraes, 1981 (2. ed.); Russomano, 1976 (2. ed.); Oliveira, 1936; Ferreira Filho, 1965; Costa e Silva, 1968.

⁷ Moritz, s/d.; Escobar, 1922; Pereira, 1923; Velho, 1923; Orico, 1935; SÁ, 1973; Câmara, 1976; Medeiros, 1980; Patrocínio Mota, 1989.

⁸ Duarte, 1933. Olympio Duarte não esconde também certas inclinações monarquistas, o que é igualmente raro na historiografia gaúcha.

⁹ Publicado pela primeira vez em 1958, *Os donos do poder* não é apenas a principal obra deste jurista gaúcho, mas é, praticamente, toda sua obra. Na primeira edição, o livro tinha 271

páginas. Relançada quase 20 anos mais tarde, em 1975, revisada e ampliada, a obra alcança 750 páginas, dispostas em dois volumes, ganhando dois novos capítulos sobre a República. Suas dimensões são, portanto, triplicadas. Todavia, como sublinha o autor, no prefácio da segunda edição, “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a treze anos de dúvidas e meditações”, mas a forma “está quase totalmente refundida” (p. XIII). Inegável, entretanto, que muito da pureza conceitual original se perdeu durante o processo de revisão. Atualmente, o livro encontra-se na sua sétima edição. Como lembra Iglesias (1982), o destino dessa obra poderia ser o mesmo que se abateu sobre tantos textos pontuais na historiografia brasileira, como os de Barbosa Lima Sobrinho ou Victor Nunes Leal, dentre outros, lançados nos anos de 1930 e 1940 e que não alcançaram novas reedições, distanciando-se do público, paradoxalmente em aumento com a dinamização dos cursos de Ciências Sociais nas nossas universidades. Mas *Os donos do poder* trilhou carreira dentre os acadêmicos das humanidades, que passaram a incluí-lo em suas leituras básicas, especialmente após a atenção que o mesmo merecera de Carlos Guilherme Mota (1994), cuja tese de doutoramento, *Ideologia da cultura brasileira*, defendida em 1975 e publicada pela primeira vez em 1977, teve Faoro como um dos membros da banca examinadora. Sobre o impacto da obra de Raymundo Faoro sobre a historiografia do Rio Grande do Sul castilhistas/borgistas, ver Axt, 2001.

¹⁰ Mota, 1994; Saes, 1985.

¹¹ Franco, 1962; 1988 (2. ed.). Os trabalhos mais recentes do Dr. Sérgio da Costa Franco permanecem sob inspiração teórica marxista, mas indicam sensível afastamento da forma mecanicista original.

¹² Love, 1975; Love, 1989. Love foi guiado na pesquisa no Arquivo Borges de Medeiros pelo Dr. Sérgio da Costa Franco.

¹³ Boeira (1980, p. 51) descreve a influência do positivismo na historiografia gaúcha.

¹⁴ Pinto, 1979, 1986; Fonseca, 1983; Targa, 1998.

¹⁵ Para uma breve caracterização do funcionalismo poulantziano, consultar Axt, 1998.

¹⁶ Na medida em que não se está trabalhando com uma vertente historiográfica que ostentaria oficialmente um funcionalismo em estado puro, o conceito deve ser aplicado a essa ênfase interpretativa com reservas.

¹⁷ A Revolução Federalista foi apreendida por Müller (1972, p. 38), por exemplo, “não como traduzindo antagonismos profundos de ordem econômica”.

¹⁸ Bosi, 1996; Fonseca, 1983; Pesavento, 1980, 1986; Pinto, 1986; Trindade, 1979, 1980; Vizentini, 1992.

¹⁹ Sobre a recorrência de uma teoria da fatalidade entre os textos historiográficos e fontes políticas de época interessados em explicar o crepúsculo do Império e o alvorecer republicano (ver Janotti, 1998).

²⁰ A mesma lógica tipológica foi ratificada por Fonseca (1983, p. 106), que caracterizou *maragatos* enquanto *liberais conservadores* e *chimangos* enquanto *progressistas conservadores*. Essa fórmula não apenas é destituída de conteúdo explicativo, como ainda sugere a valoração do processo histórico, enquanto jogado por forças ligadas, de um lado ao progresso e à modernidade, e, de outro, a forças comprometidas com o atraso e a estagnação.

²¹ Fonseca (1983, p. 111) também se esforçou por encontrar as raízes econômicas do conflito entre *chimangos* e *maragatos*, ou, situacionistas e opositores, mas se equivocou, como se verá

mais tarde, ao situar “a democracia parlamentar opositorista” como “o reclame dos mais bem situados economicamente na sociedade civil contra o monopólio político do PRR. [...] O positivismo, intitulado-se neutro e científico, desprovido de facciosismo, foi a expressão doutrinária e ideológica do autoritarismo capaz de, em sua pregação, legitimar a exclusão de grande parte da sociedade civil do poder decisório, [...] tendo por base a auto-perpetuação. [...] A constituição do bloco governista compreendia, como sustentáculo principal, grupos ligados ao próprio Estado e que, em apelos à sociedade civil, alargaram sua base de sustentação. Esta se constituiu, principalmente, nos setores médios burocráticos, nos colonos imigrantes e nos pequenos e médios fazendeiros do Planalto.”

²² Veja-se, por exemplo, Penna, 1999, p. 93.

²³ Miguel Bodea (1992, p. 184), por exemplo, inspirado em artigo da *Federação*, de Lindolfo Collor, um dos mais articulados propagandistas do regime borgista, assinala: “No cerne do aspecto político estaria o fato de que ‘o Rio Grande do Sul já é, tanto quanto possível, uma exceção dentro desta síndrome de males’ (isto é, as administrações federais). A posição excepcional do Estado teria como causa direta a sua organização política, baseada nas ‘diretrizes de Júlio de Castilhos’. Isto teria dado ao Rio Grande ‘uma personalidade política absolutamente inconfundível’ – daí o isolamento em nível federal e a explicação do sucesso pelo menos relativo da propaganda antiborgista.”

²⁴ Essa recorrência foi captada e explicitada por Janotti, 1998, p. 125.

²⁵ Sandra Pesavento foi indubitavelmente quem mais intensamente se debruçou sobre o nexos entre superestrutura institucional e estrutura produtiva na sociedade para o período em questão. A partir de um exaustivo levantamento de fontes e de uma produção

historiográfica extensa e diversificada, a autora tornou-se referência obrigatória para todos os estudiosos sobre economia e política da República Velha gaúcha. Atualmente, dedica-se prioritariamente ao campo da chamada nova história cultural, onde continua desenvolvendo intensa produção acadêmica, tendo se afastado dos referenciais teóricos marxistas, bem como do campo da história política e econômica.

²⁶ Ver, a propósito, Bodea, s/d. e Pesavento, 1993. Essa tese difundiu-se largamente entre os autores acadêmicos pseudofuncionalistas. O também sociólogo Miguel Bodea, em especial, especializou-se no assunto. Amparando-se exclusivamente no discurso doutrinário da *Federação* e esquecendo-se de processar a devida crítica ao mesmo, assegura: “[...] o aspecto do pensamento positivista absorvido e adotado de forma mais nítida pelas lideranças gaúchas é justamente o da ‘incorporação definitiva do proletariado à sociedade’, através da intervenção ativa dos poderes públicos, justificada a partir da constatação de que ‘o interesse social é a suprema medida de todos os direitos’. [...] já por ocasião dos movimentos grevistas de 1917, o regime republicano de Borges de Medeiros procura negociar um amplo acordo com o movimento operário [...]: ‘o próprio pacto constitucional do Rio Grande do Sul republicano oferece [...]]uma aliança necessária, feliz e íntima, como nenhum código político em vigor, entre o espírito doutrinário da obra de Júlio de Castilhos e as aspirações do proletariado moderno” (Bodea, 1992, p. 183-184).

²⁷ A “*arqueologia do Estado-providência*” tem sido o paradigma da dialética marxista nos estudos acadêmicos sobre história do Rio Grande do Sul republicano. Isso é particularmente evidente em Bosi, 1996. Mas a perspectiva funcional aparece ainda muito claramente em Almeida et al., 1998; Antonacci 1981, 1993; Bodea, 1979, 1992; Souza Dias,

1986; Espírito Santo, 1982; Fagundes et al. 1987; Fonseca, 1983, 1989; Müller, 1972; Pesavento, 1980, 1985, 1986, 1988, 1991, 1993, 1995, 1996; Petersen, 1993; Petersen et al., 1992; Pinto, 1979, 1986, 1987; Targa, 1998; Trindade, 1979, 1980. A lista é ainda mais extensa.

²⁸ Os sociólogos Trindade (1979,1980) e Pinto (1987) insistem declaradamente nesta tese.

²⁹ Antonacci, 1981, 1993; Pinto, 1987; Vizentini, 1992.

³⁰ Oferecem exemplos dessa contradição as pesquisas de: Antonacci, 1981; Fagundes et al., 1987; Pesavento, 1985, 1986, 1988; Reichel, 1978.

³¹ De fato, não havia saída teórica para autores que acreditaram que o estado agia sempre de forma racional e funcional fazendo tudo para garantir a reprodução do capital e o progresso social. Veja-se, por exemplo, Vizentini, 1992, p. 24.

³² Ver, por exemplo, Ianni, 1977; Suzigan, 1976; Fonseca, 1989. Para uma discussão a respeito, ver Topik, 1987, p. 11-37.

³³ Tese semelhante é demonstrada em Perissionotto, 1994. Estudos sobre políticas públicas para setores específicos concretizando a ação interventora estatal podem ser encontrados em: Motoyama, 1994; Honorato, 1996; Matos, 1949; 1956; 1995.

³⁴ Exemplos dessa corrente são Faoro, 1987; Uricoechea, 1978; Schwartzman, 1975. É interessante lembrar que os autores dessa ênfase se dividem em duas correntes: Faoro acredita que o estamento burocrático precede a iniciativa privada e entorpece o progresso econômico, ao passo que Uricoechea reconhece, na burocracia estatal, justamente, o impulso para a transformação e

modernização do País. Essa divergência desnuda o caráter afetivo dessa linha de interpretação e a contribuição relativamente pobre para o esforço de compreensão das causas e conseqüências da ação intervencionista estatal.

³⁵ Furtado, 1995; Ianni, 1977; Prado Júnior, 1945; Saes, 1985.

³⁶ Topik, 1987; Perissionotto, 1994; Diniz, 1978.

³⁷ Joseph Love (1975, 1989), ao contrário dessa visão predominante, sustenta que no Rio Grande do Sul a intervenção estatal na economia gozou da mesma intensidade do que no restante do País. Topik (1987), ao realizar uma investigação global sobre o intervencionismo do Estado brasileiro no período, enxerga igualmente um padrão intervencionista nacional. Este descompasso talvez indique uma diferença de abordagem da relação Estado-sociedade entre autores brasileiros e brasilianistas norte-americanos.

³⁸ A interpretação corrente sobre o intervencionismo descrita nos parágrafos acima pode ser acompanhada em: Almeida et al., 1998; Bosi, 1996; Espírito Santo, 1982; Fagundes et al., 1987; Fonseca, 1983, 1989; Mertz, 1991; Müller, 1972; Pesavento, 1980, 1985, 1985a, 1986, 1988, 1991, 1993, 1995, 1996; Petersen, 1993; Petersen et al., 1992; Pinto, 1979, 1986, 1987; Targa, 1998; Trindade, 1979, 1980.

³⁹ Neves, 1980, 1982, 1982a; Souza Dias, 1978.

⁴⁰ Espírito Santo, 1982; Kliemann, 1977; Souza Dias, 1986.

⁴¹ Almeida et al., 1998; Fagundes et al., 1987; Pesavento, 1980, 1985, 1985a, 1986; Fonseca, 1983, 1989.

⁴² Lagemann, 1985a; Miranda, 1998.

⁴³ Lagemann, 1985b; Liedcke, 1985; Minella, 1979, 1985; Bak, 1999; Baretta, 1985.

⁴⁴ O conceito de *coronel burocrata* encerra a idéia de uma liderança local, ungida por Borges de Medeiros para ocupar algum posto relativamente proeminente na burocracia estadual ou municipal, de forma a lhe render obediência incondicional na definição dos rumos da política municipal; segundo os autores, nem sempre o *coronel burocrata* tinha posses e patrimônio destacado; o conceito de *coronel burocrata*

tendeu a esvaziar o conteúdo coronelista das análises relativas à política gaúcha.

⁴⁵ Avancini, 1993; Cabeda, 1994; Félix, 1987, 1992; Piccolo, 1988.

⁴⁶ Bak, 1998, 1999; Baretta, 1985; Franco, 1993; Lagemann, 1985b; Minella, 1979, 1985; Miranda, 1998; Reichel, 1978. Antonacci (1981), apesar de comprometidos com o modelo analítico funcionalista, oferece elementos enriquecedores para a análise nesse sentido.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros: subsídios para o estudo de sua vida e sua obra*. Porto Alegre: ed. Júlio Dias Allend, Globo/Barcellos, Bertaso & Cia, 1928.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de; CARVALHO, Maria Lúcia Leitão; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de Temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/FEE/Univates, 1998. p. 89-146.

ANTONACCI, M. Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

_____. *A Revolução de 1923: as oposições na República Velha*. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ARRAES, Miguel de Monte. *ORS e as suas instituições governamentais*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

AVANCINI, Elsa. *Coronelismo, cooptação e resistência: 1.200 votos contra o coronel – a eleição da banha em Ijuí, 1934*. Porto Alegre: Secretaria do Estado de Educação, Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino, 1993.

AXT, Gunter. A participação da iniciativa privada nacional no setor elétrico gaúcho: uma perspectiva histórica das maiores empresas (1887-1929). *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 67-80, 1998.

_____. *Revistando Os donos do poder de Raymundo Faoro: uma abordagem historiográfica*. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, n. 81, 2001.

- _____. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. 2001a. Tese (Doutorado), São Paulo.
- _____. *O Ministério público no Rio Grande do Sul: evolução histórica*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça/ Projeto Memória/Corag.
- _____. O poder judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, n. 82, 2001c.
- BAK, Joan Lamayson. Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The Case of Rio Grande do Sul, 1890-1937. tese (Doutorado em Filosofia) – Yale University, EUA.
- _____. Labor, community, and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American Historical Review*, 78, Duke University Press, p. 179-227, 1998.
- _____. *Incorporating “the proletariat” in Brazil’s First Republic: founding moments in Rio Grande do Sul (1889-1892)*, 1999.
- BAKOS, Margaret M. *A continuidade administrativa no governo municipal de Porto Alegre – 1897/1937*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo.
- _____. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. University of Pittsburgh, Ph.D.
- BODEA, Miguel. *A greve de 1917: origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: s/d.
- _____. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- _____. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.) RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo. José Antônio Martins, pioneiro esquecido do desenvolvimento da campanha rio-grandense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 130, p. 53-61, 1994.
- _____. *Desafiando Castilhos e Borges de Medeiros: o caso Bernardino Mota*. Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 30 nov. de 2000. (Manuscrita).
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: sua vida política*. Porto Alegre: IEL, 1979.

- CAMPOS, Emílio de. *Júlio de Castilhos: sua ação política e social no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1903.
- COSTA e SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da história do RS*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DUARTE, Olympio. *Escavações históricas: Silveira Martins e outras figuras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apointamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893*. São Paulo: 1919.
- _____. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: 1922.
- _____. *Finanças e política. Discursos proferidos na Câmara dos Deputados e artigos publicados na imprensa nos anos de 1926 a 1929*. Porto Alegre: Globo, 1930.
- ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. *A abertura da barra do Rio Grande*. Porto Alegre: BRDE/Palloti, 1982.
- EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Ed.). *Bringing the state back*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- FAGUNDES, Lúgia Ketzer; KUMMER, Lizete; PESAVENTO, Sandra et al. *Memória da indústria gaúcha: documentos, das origens a 1930*. Porto Alegre: FEE, 1987.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. v. 2, Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgesismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. As relações coronelistas no Estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 28, n. 127, Unisinos, p. 67-85, 1992.
- _____. A sistemática da distribuição regional do poder no RS na I República. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo. v. 32, n. 146, p. 89-99, 1996.
- FERREIRA FILHO, Arthur *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1964)*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1965.
- FIGUEIREDO, Osório Santana de. *As revoluções da República: 1889-1932*. São Gabriel: Pallotti, 1995.
- FONSECA, Pedro César Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *O sentido histórico da Revolução de 1893. Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre; UFRGS, 1962.
- _____. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre, UFRGS, 1988.

- _____. Panorama geral da revolução federalista. In: ALVES, F.N.; TORRES, L.H. (Orgs.). *Pensar a revolução federalista*. Rio Grande: 25. ed. Ed. da FURG, 1993.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1995.
- HONORATO, Cezar T. O Estado imperial e a modernização portuária. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, J.R.A. *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- IGLESIAS, Francisc. Política econômica do Estado de Minas Gerais – 1889-1930. In: *V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS – A REPÚBLICA VELHA*. BH, UFMG, 1982, 260 p.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- KLIEMANN, Luiza H. S. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de ordem e progresso (1905-1920)*. 1977. Tese (Mestrado) – PUC, Porto Alegre.
- LAGEMANN, Eugênio (Org.). *Rio Grande do Sul: 150 anos de finanças públicas*. Porto Alegre: FEE, 1985.
- _____. *O banco pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985a.
- _____. Os benefícios fiscais na história gaúcha: uma aproximação ao tema. In: LAGEMANN, Eugênio (Org.). *Rio Grande do Sul: 150 anos de finanças públicas*. Porto Alegre: FEE, 1985a.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. Tomo III, v. II. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1990.
- LIEDKE Fº, Enno D. Despesas Estaduais sul-rio-grandenses. In: LAGEMANN, Eugênio (Org.). *Rio Grande do Sul: 150 anos de finanças públicas*. Porto Alegre: FEE, 1985.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris (Orgs.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Tomo III, v. 1, 1989.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Evolução das vias de comunicação do Estado do Rio de Janeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 1949.
- _____. O desenvolvimento da rede ferroviária e a expansão da cultura de café em São Paulo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 1956.

- _____. Vias de comunicação. In: BUARQUE de HOLLANDA, Sérgio (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo II, v. 4, 1995.
- MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval*: descrição física e histórica. Porto Alegre: São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Educus; Herval: Prefeitura Municipal, 402 p., 1980.
- MINELLA, Ary Cesar. *Estado e acumulação capitalista no Rio Grande do Sul*: o orçamento estadual na Primeira República. 1979. Tese (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre.
- _____. Reforma Tributária: a implantação do imposto territorial no RS durante a Primeira República. In: LAGEMANN, Eugênio (Org.). *Rio Grande do Sul*: 150 anos de finanças públicas. Porto Alegre: FEE, 1985.
- _____. *Banqueiros*: organização e poder político no RS. Rio de Janeiro: Espaço; São Paulo: Tempo/Ampocs, 1988.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *Rio Grande do Sul*: tributação e economia (1699-1945). 1998. Tese (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre.
- MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1890)*, *sd*.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1994.
- MOURA, Euclides. *O vandalismo no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Universal, 1892.
- MOTOYAMA, Shozo. *Tecnologia e Industrialização no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1994.
- MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional*: estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. 1992. Tese (Mestrado) – USP, São Paulo.
- NEVES, Hugo Alberto Pereira. O porto do Rio Grande no período de 1890 a 1930: 1ª parte. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG*, Rio Grande, v. II, n. I, 1980.
- _____. O porto de Rio Grande no período de 1890-1930: 2ª parte. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG*. Rio Grande, v. III, n. 1, 1982.
- _____. Aspectos gerais do porto de Rio Grande no período de 1930-1945. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG*, Rio Grande, v. III, n. 2, 1982a.
- OLIVEIRA, Alcibíades. *Um drama bancário*: esplendor e queda do banco pelotense. Porto Alegre: Globo, 1936.
- ORICO, Oswaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- PATROCÍNIO MOTA, José do. *República fratricida*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PERISSIONOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

- PESAVENTO, S. J. *A República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.
- _____. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (Org.). RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- _____. RS: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.
- _____. *Empresariado industrial, trabalho e estado: contribuição a uma análise da burguesia industrial gaúcha (1889-1930)*. 1986, Tese (Doutorado) – USP, São Paulo.
- _____. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *Os industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- _____. *A Assembléia Legislativa do RS: a trajetória do Parlamento Gaúcho*. Porto Alegre: ALRS, 1992.
- _____. República velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.). RS: economia e política. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- _____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n. 29, ANPUH, p. 9-27, 1995.
- _____. *Borges de Medeiros: Rio Grande político*. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996.
- PEREIRA, Baptista. *Pela redenção do Rio Grande*. Conferências feitas no Rio de Janeiro, Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923. São Paulo: Saraiva, 1923.
- PETERSEN, Sílvia Regina F. As greves no RS (1890-1919). In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.). RS: *Economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- PETERSEN, S.R.F.; LUCAS, M.^a Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: UFRGS/Tchê!, 1992.
- PICCOLO, Helga I. Landgraf. República Velha: novas teses. *Cadernos da Anpuh*. Porto Alegre: v. 1, n. 1, Porto Alegre, 1988.
- _____. *Historiografia gaúcha: anos 90*, Porto Alegre: UFRGS/PPG História, 1995.
- PINTO, Céli Regina J. *Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)*. 1979. Tese (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre.
- _____. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- _____. Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 5, n. 8, p. 83-111, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- PRZEWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- REICHEL, Heloisa Jochims. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul (1910-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.
- _____. A industrialização no RS na República Velha. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.). *RS: economia e política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- RODRIGUEZ, Ricardo V. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: Educus, 1980.
- ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- RUSSOMANO, Victor. *História constitucional do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1976.
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SILVEIRA, José Luiz. *Notícias históricas (1737-1898)*. Santa Maria: Infograph, 1998.
- SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- SOUZA DIAS, José Roberto. *A primeira ferrovia do Rio Grande do Sul*. 1978. 130 p. Tese (Mestrado) – USP, São Paulo.
- _____. *Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Rios, 1986.
- SUZIGAN, Wilson; VILLELA, A. V. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1973.
- TARGA, L. R. P. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: TARGA, L. R. P. (Org.). *Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEEE, 1996.
- _____. Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA (Org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: FEE/UFRGS/Univates, 1998.
- TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano riograndense (1882-1937). In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.). *RS: economia e política*. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- _____. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VELHO, Patrício. *Defesa do Dr. Borges de Medeiros*: Presidente do Rio Grande do Sul. O juízo da história começa, às vezes, mesmo em vida dos grandes homens. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Formas de pensamiento y formas de sociedad en el mundo griego: el cazador negro*. Barcelona: Península, 1981.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

